

# Diplomata humanista

» CRISTOVAM BUARQUE  
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

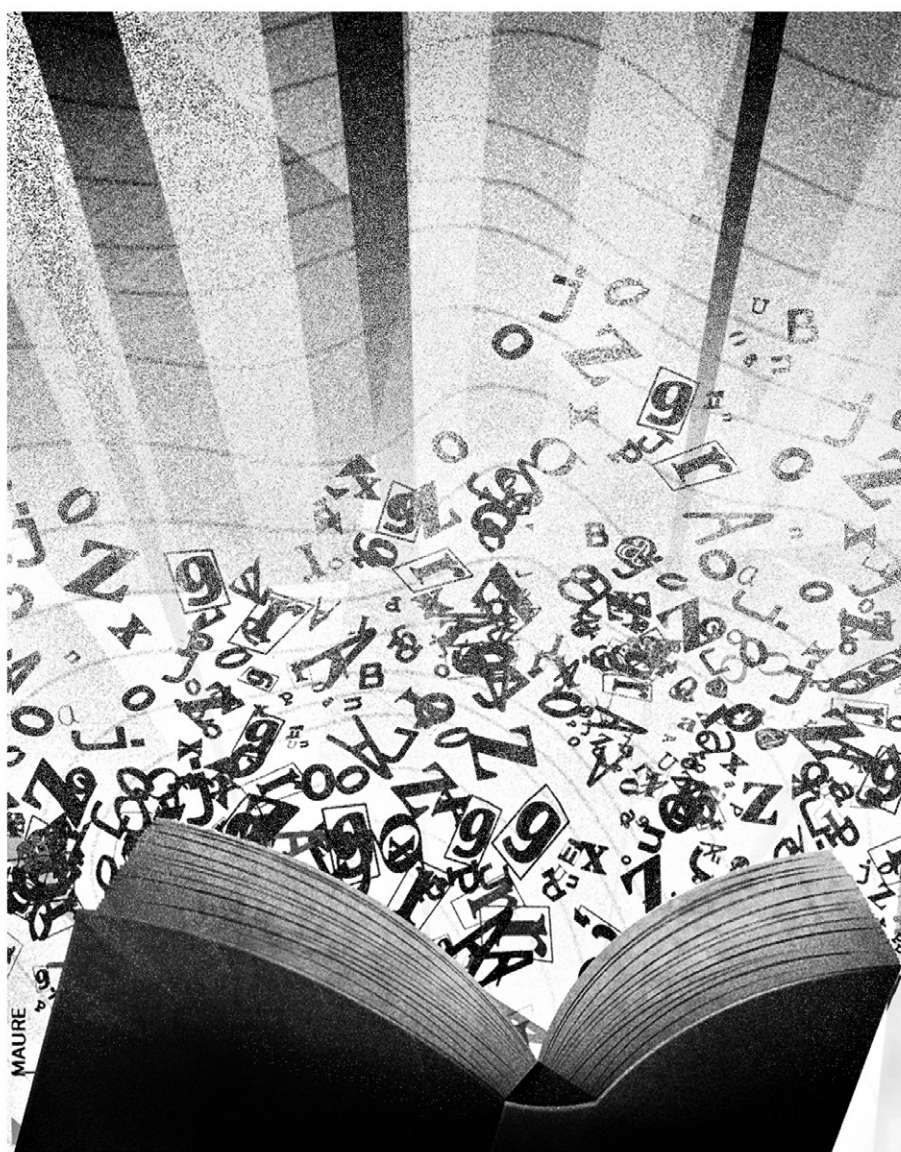
A primeira qualidade de um livro é deleitar ao leitor. Rubens Ricupero consegue a façanha da primeira à última das 700 páginas de seu livro *Memórias*, publicado pela Editora da Unesp.

A segunda é contar boa história de vida. Ricupero lembra o nascimento, resultado da ousadia migratória dos quatro avós desde a Itália. Descreve sua infância em bairro pobre na cidade de São Paulo. Conta a saga de um homem que viveu a aventura de seu tempo como estudante, diplomata, estadista, professor, autor e cientista de relações internacionais.

A interligação da biografia com a história é a terceira qualidade do *Memórias*. Ao ler, vamos colecionando informações sobre o que se passou ao longo dos 87 anos em que sua vida coincidiu com a história do Brasil e do mundo no incrível período de meados do século 20 à terceira década do 21. Uma vida entrelaçada com o período histórico do pós-guerra até o atual mundo global integrado e dividido.

O livro tem a quarta qualidade de nos apresentar grandes personagens, lugares especiais e ideias marcantes. São mais de mil personagens com as quais sua vida se entrelaçou: autores do passado ou contemporâneos, estadistas, políticos, artistas, amigos, colaboradores e colegas, alguns muito conhecidos, outros anônimos, que ele cuida com respeito e carinho. Sobre cada um, Ricupero tem uma história para contar e um reconhecimento a fazer.

Mas, dificilmente, temos memórias interessantes se o autor não conta fatos importantes dos quais participou. O *Memórias* tem essa quinta qualidade: muito jovem, Ricupero participou da concepção da nossa política externa independente, assistiu por dentro à renúncia de Jânio Quadros, junto a San Tiago Dantas viu o regime parlamentarista em funcionamento, esteve presente em momentos decisivos das relações do Brasil com



a Argentina, acompanhou Tancredo Neves no giro internacional depois da eleição para presidente, marcou o mundo como secretário geral da Comissão das Nações Unidas para o Comércio, a Indústria e o Desenvolvimento, foi ministro do Meio Ambiente e da Amazônia quando o mundo e o Brasil começavam a tomar conhecimento desses temas. E, sobretudo, foi o ministro da Fazenda que coordenou a implantação do Plano Real. Sua vida está ligada à vitória contra a inflação endêmica no Brasil, nosso maior equívoco e empecilho ao progresso, depois da escravidão e da desigualdade educacional.

Além dessas cinco qualidades, dificilmente um livro de memórias tem grandeza sem tragédia. Apesar da sua vida feliz, Ricupero descreve o drama na noite em que ele, em momento relaxado no estúdio de televisão, disse a frase que nada tinha do que ele sentia, em nada sintonizada com seu caráter e sua maneira de ser, mas gravada por acaso, vista inesperadamente, divulgada

indiscretamente, que o transformou de “santo do real” em um “demônio da política”. A descrição dessa tragédia, a candura como a análise, 30 anos depois, é a sexta qualidade do *Memórias*.

Bom livro de memórias exige também uma boa história de amor. Isso não falta no *Memórias* de Ricupero. Ele declara seu amor por Marisa, companheira de todo tempo, conselheira em cada momento, impedindo, como ele descreve, erro que estava prestes a cometer; amor ao Brasil, à Itália, à cidade de São Paulo, à cultura, ao Instituto Rio Branco, a Brasília, da qual ele foi um dos pioneiros; assim como aos avós, pais, filhos e netos.

*Memórias* de Ricupero tem a sétima qualidade de revelar sentimentos íntimos que ele transmite ao reconhecer períodos de depressão, expressar sua espiritualidade cristã e seu sofrimento com a pobreza e com a desigualdade social.

A oitava qualidade, rara em outras memórias, é concluir a descrição da vida apontando para o futuro, na esperança de um mundo melhor. Ele deixa entrever a necessidade de uma nova diplomacia. Ricupero é um dos primeiros diplomatas no mundo que percebe o fato de que, atualmente, “cada país é um pedaço do mundo”, diferentemente do tempo em que o “mundo era a soma de países”. Ele faz parte daqueles ainda raríssimos diplomatas, como André Aranha Corrêa do Lago, secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente, no Itamaraty, que defendem o seu país sem esquecer que ele é parte do mundo ao qual estamos ligados. O *Memórias* lembra o nacional apontando para o futuro planetário. Não é por acaso que repete (páginas 598 e 612) o poema de Khalil Gibran: “A Terra é minha pátria, a humanidade é minha família”.

O *Memórias* de Ricupero tem todas as oito qualidades que se deseja em um bom livro sobre a vida do autor: deslumbra, descreve, ensina, informa, aproxima, sensibiliza, declara, inspira. E lembra que tudo foi resultado da boa educação que recebeu.

## Parâmetros de qualidade desafiam avaliação do ensino superior

» ALEXANDRE NICOLINI

Educador, doutor em administração e especialista em gestão acadêmica e avaliação da aprendizagem no ensino superior

No Brasil, temos uma habitual dificuldade de traçar metas, e problemas ainda maiores para alcançá-las. Na educação, principalmente, os desafios são enormes para atingir o que é almejado. Atualmente, apenas 20,2% dos jovens em idade universitária estão matriculados no ensino superior, descumprindo o resultado de 30% previsto na meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) para 2024. E, como se isso não bastasse, pesquisas do próprio Ministério da Educação (MEC) nos mostram que 40% desses alunos na educação superior pública e 60% no ensino privado vão desistir dos cursos ainda antes da formatura.

Esses dados não são obstáculos à abertura de novas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, especialmente do segmento privado, cujo papel fundamental na ampliação do acesso à educação superior no país é incontestável. Mas o ponto nevrálgico da questão se concentra no desempenho das IES brasileiras e da sua contribuição para o desenvolvimento e o sucesso efetivos dos egressos e da própria sociedade. Após 20 anos da criação da lei do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), o recente anúncio feito pelo MEC de que pretende analisar, em setembro, novas propostas para a avaliação de cursos e instituições ainda enfrenta empecilhos evidentes.

Nas IES que oferecem formação em direito, por exemplo, o número de novos cursos ultrapassou 1.000% nos últimos 30 anos, e já ofertamos em torno de 2 mil cursos no país. O número de matrículas nos cinco anos do curso era de 671.672 estudantes,

no último Censo do Ensino Superior. Nossa oferta anual de novas vagas em direito contempla quase a mesma quantidade: 27.461 nas IES públicas e 478.591 nas IES privadas. Mas o Exame da OAB, instituído como obrigatório desde 1997 para avaliar se o egresso está apto a exercer a profissão, aprovou somente 660 mil egressos desde que foi unificado, em 2009. Atualmente, há a mesma quantidade de estudantes nas faculdades de direito, mas, nas últimas edições, o número de aprovados girou em torno de apenas 20%, muitos dos quais fazendo a prova pela segunda ou terceira vez.

Ao analisarmos os dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) a partir dos requisitos do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), podemos ter um vislumbre dos motivos desse baixo desempenho: com média de 44,8% de acerto nas questões objetivas de formação específica em direito, a maioria das IES não conseguiria aprovação na primeira fase, que requisita 50% de acerto no mesmo tipo de questão, e os formando só conseguiram ultrapassar esse índice em sete das 27 questões apresentadas. Nas questões discursivas, que mais se assemelham à segunda fase do exame da OAB, houve apenas 19,8% de aproveitamento, contra 60% do que seria requerido pelo órgão, com apenas 1% dos estudantes pontuando mais do que isso nas questões discursivas do Enade.

Esses maus resultados encorajaram a OAB a instituir em 1999 o Selo OAB Recomena, para indicar à sociedade as melhores escolas jurídicas. Ele é conferido às IES

que cumprem alguns requisitos de elegibilidade, como alta aprovação no Exame da Ordem e um bom resultado comparado no Enade. A edição de 2024 é a oitava e recomendou apenas 198 IES, o que representa menos de 10% dos cursos oferecidos no país.

A boa notícia é que há pelo menos uma IES recomendada em cada unidade da Federação, ainda que em nove delas haja somente IES públicas na lista (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Rondônia, Roraima e Tocantins). A população das capitais tem vantagem, pois conta com 38% das IES indicadas para apenas 23% da população. As universidades públicas concentram 57% das recomendações, as IES sem fins lucrativos, 23%, e as com fins lucrativos, 20%. As IES dos grandes grupos listados na Bolsa de Valores não alcançaram nem 5% das recomendações, mostrando que seu poderio financeiro não se traduziu ainda em qualidade.

Sendo assim, não adianta elevarmos em 50% a quantidade de estudantes matriculados no ensino superior apenas para cumprir metas, especialmente com a qualidade que 90% dos cursos estão demonstrando. A baixa qualidade das IES que ofertam direito está sendo questionada tanto pela OAB como pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resta então a pergunta: como o MEC vai estabelecer parâmetros no debate sobre o novo Sinaes para identificar, reorientar e, nos casos extremos, descredenciar as instituições de ensino superior que não merecem a confiança da sociedade brasileira?

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

# A boa filha rebelde

2026 está logo ali. Ano que vem, começa a dança das cadeiras, com os candidatos e partidos armando a cena para as próximas eleições. O cenário político é de polarização extrema, já que a política nesses últimos anos passou a ser o único lugar do país e do mundo onde o vale-tudo vale tudo mesmo.

Diferentemente dos políticos, a população enxerga toda essa movimentação como um ensaio para a reapresentação de uma peça que nunca mudou de enredo. Os candidatos, dentro e fora do poder, aguardam para ver quem será o maior puxador de votos da temporada para alinharem-se a ele. No nosso caso, nem mesmo toda a polarização política é capaz de impedir que os candidatos mudem de ponto cardeal, indo de Norte para Sul ou da esquerda para direita, se isso lhes for favorável.

Lembrando que uma grande bancada parlamentar foi eleita no último pleito sob a sombra da direita, prometendo mundos e fundos aos eleitores. Na hora do vamos ver, a distribuição das emendas, na forma de dinheiro vivo e sem muito controle, falou mais alto, e a maioria votou mesmo contra os interesses da esquerda. Nossos políticos se orientam pelo faro. A questão é saber de que lado estão os recursos. Fossem arrancadas pena por pena de nossos políticos, ainda assim eles iriam ciscar na mão cheia de milho de seu almoz.

O aparecimento de uma nova direita, três décadas depois da redemocratização, acirrou os ânimos eleitorais, não por motivos puramente ideológicos, mas em decorrência de que esse fato gerou, de uma hora para outra, uma extraordinária, aglutinadora e antagonista força política, capaz de fazer frente aos antigos partidos.

A necessidade de novas ideias e de um novo modo de atuação baseado na ética pública continua atraente para quem paga impostos. A partir de 2018, com o surgimento da direita, logo batizada de extrema direita pelos seus oponentes, o restante dos partidos, que antes não tinham de fazer grandes esforços para se alinhar de um lado ou de outro, descobriram que havia no seio da sociedade brasileira uma imensa e vasta região habitada por uma população mais identificada com os ideais direitistas e ferrenhamente antagonista aos princípios da esquerda.

O Brasil conservador, aquele que muitos insistem em manter no silêncio e sob ofensas, finalmente despertou. Somente por esse acontecimento, o candidato que encarnava essa posição, e que se saiu vitorioso naquele pleito, mesmo a despeito de seu governo e da pandemia, que entrou nessa nova equação para atrapalhar, entrou para a História. Fez surgir uma força política há muito adormecida e que era capaz de acabar com o teatro das tesouras. Da mesma forma, independentemente daquele personagem outsider, novo cenário político foi posto à disposição da nação.

No Brasil, essa polarização tem sido evidente desde 2018, depois do segundo governo da presidenta Dilma e dos efeitos da Operação Lava-Jato. As eleições de 2022 foram acirradas, com 50,9% elegendo o candidato da esquerda e 49,1% escolhendo o candidato da direita. Desse modo, o ressurgimento da direita, depois de décadas, foi obra do desastroso governo da ex-presidente Dilma, da Operação Lava-Jato e da visão oportuna de Bolsonaro, que vislumbrou todo aquele cenário.

Junte-se a esses autores, o fato de que a introdução da tecnologia nesses acontecimentos criou uma tremenda onda midiática, em que tudo era mostrado em tempo real e em cores, nas telas de televisão e nos celulares, mantendo o público antenado em tudo o que se passava. De certa forma, a direita em nosso país é filha do caos político. E como uma boa filha rebelde, renega tudo o que é a “gauche”. As eleições municipais de 2026 serão um bom teste para essa nova força, que já surgiu grande.

### » A frase que foi pronunciada

“Um comunista nunca deve ser opinativo ou dominador, pensando que ele é bom em tudo enquanto os outros não são bons em nada; ele nunca deve se fechar em seu pequeno quarto, ou se gabar e se gabar e dominar os outros.”

Mao Tse Tung “Discurso na Assembleia de Representantes da Região da Fronteira Shensi-Kansu-Ningsia” (21 de novembro de 1941)

### » História de Brasília

É bom que a NOVACAP saiba que os japoneses da W-4 estão atuando no “Gavião”. O tomate que eles venderam ontem a 96 cruzeiros o quilo custa 43 no mercado. Aliás, o “Gavião” está sem sorte. Deu para faltar água, que é uma coisa horrível. Até isto, que nunca havia acontecido em Brasília. (Publicada em 11.4.1962)